

Dia Nacional de Mobilização com pressão de parlamentares na internet

Acontece nesta quinta-feira (04 de março), em todo o Brasil, o Dia Nacional de Mobilização em defesa das estatais, do serviço público de qualidade e contra a reforma Administrativa. A ideia é a de usar a internet para pressionar os senadores e deputados federais a rejeitarem as propostas de desmonte do estado brasileiro promovidas pelo governo Jair Bolsonaro e a apoiarem a vacinação ampla e irrestrita, a mudança na política de reajuste dos combustíveis, um auxílio emergencial suficiente à subsistência da população e a defesa dos empregos do povo trabalhador.

Em Belo Horizonte, a Central Única dos Trabalhadores, juntamente com outras entidades, estará realizando um ato no posto de combustível Rodike (Rua Niquelina, 546 – Santa Efigênia) subsidiando o preço da gasolina. O abastecimento, contudo estará limitado ao grupo de trabalhadores em aplicativos e entregadores.

Os servidores públicos podem ingressar no site NA PRESSÃO e enviar mensagens para os parlamentares. O site é uma ferramenta que permite enviar e-mails ou contatar pelas redes sociais ou por telefone parlamentares, juízes, ministros ou qualquer outra autoridade ou representante do povo.

Atualmente, o site NA PRESSÃO está com uma campanha contra a privatização das estatais, contra a PEC Emergencial, contra os cortes nos orçamentos da saúde e educação, pela garantia de vacina para todos imediatamente e pelo impeachment do presidente Jair Bolsonaro devido a infindáveis de crimes contra o Brasil e os brasileiros que cometeu desde o início do seu governo.

Consultas públicas

Além de enviar mensagens pelo site NA PRESSÃO, os servidores podem participar de consultas públicas e dizerem não para o pacote de privatizações de dezenas de estatais anunciado pelo governo de Jair Bolsonaro, que irá impactar negativamente na vida de todos os brasileiros e brasileiras.

O Senado colocou no ar a consulta pública sobre a PEC 186, que prevê o congelamento dos salários de servidores públicos federais, estaduais e municipais, mesmo para repor a inflação, toda vez que as despesas obrigatórias da União atingirem 94% da despesa sujeita ao Teto de Gastos.

Para votar NÃO acesse <https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaomateria?id=139702>

Também tem a consulta da MP 1031 que promove a privatização da Eletrobras e uma enquete contra a privatização dos correios na Câmara dos Deputados. Vamos acessar e dizer não ao desmonte do estado brasileiro.

Proposta anula decreto que muda gestão de previdência de servidores do executivo

O Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 24/21 suspende o decreto do governo federal que alterou a gestão das aposentadorias e pensões dos servidores públicos do Poder Executivo e

dos funcionários de autarquias e fundações públicas. O texto tramita na Câmara dos Deputados.

As mudanças vão dificultar o acesso aos direitos de aposentados e pensionistas do serviço público. Projeto semelhante (PDL 76/21) foi apresentado pelo deputado Hugo Leal (PSD-RJ). Aposentadorias de funcionários de universidades federais, agências reguladoras, outras autarquias e fundações passam a ser geridas pelo INSS.

Desvinculação

Publicado no início de fevereiro, o Decreto 10.620/21 desvincula as aposentadorias e pensões dos servidores do órgão de origem, transferindo-os para o Ministério da Economia. Ao mesmo tempo, remete as aposentadorias e pensões de funcionários de autarquias e fundações (como as agências reguladoras e as universidades federais) para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Antes do decreto, o servidor que requeria aposentadoria ou pensão ficava ligado ao seu órgão, fosse Ministério, Fundação ou Autarquia. Se for confirmado o disposto no decreto, o futuro dos aposentados e pensionistas será incerto, uma vez que o servidor perderá o vínculo com o órgão de origem, sairá do plano de carreira, deixando em aberto a concessão de reajustes.

A centralização da gestão dos benefícios tem gerado muitas críticas. No caso das autarquias e fundações, a tendência será aumentar o prazo de liberação do benefício diante do quadro enxuto de funcionários do INSS.

O governo Bolsonaro tenta implementar reformas administrativas sem o aval do Congresso Nacional. E, significativamente, o primeiro alvo é o funcionalismo público, considerado como 'inimigo' pelo atual governo.

Nota de Pesar



É com pesar que comunicamos o falecimento do filiado Antônio Inocência da Silva Sobrinho, em decorrência de complicações da Covid-19. O companheiro tinha 61 anos, era enfermeiro do Ministério da Saúde e estava lotado na cidade de Pirapora. A direção do SINDSEP-MG se solidariza com os familiares e amigos do servidor. Companheiro Antônio Inocência da Silva Sobrinho, presente!